



## SOBRE PEDAGOGIAS E EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO

Max Rodolfo Roque da Silva<sup>1</sup>

Reginaldo José da Silva<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo procura contribuir com o debate, já realizado amplamente no Brasil, acerca da relação entre movimentos sociais, pedagogia e educação, partindo do referencial teórico de Miguel Arroyo sobre o tema, mas também dialogando com Paulo Freire, cujo pensamento pedagógico é recepcionado pelos movimentos sociais, desde a década de 1960, tornando-se o fundamento de suas práticas pedagógicas e educativas. A tese defendida neste texto é a de que as pedagogias e formas de educação que se originam e são realizadas nesses movimentos constituem novos sujeitos, contribuem com ações importantes de incidência política e possibilitam respostas para alguns dilemas da educação escolar, também conhecida como educação formal.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais, Pedagogia, Educação, Sujeitos coletivos.

### INTRODUÇÃO

As reflexões presentes neste artigo nasceram de uma articulação que envolve aulas, leituras, discussões e seminários realizados na disciplina “Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas”, trabalhada com a turma PB do curso de Pedagogia, no período letivo de 2021.2, na Universidade Federal de Pernambuco, e debates ocorridos no âmbito do GEduc (Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação), integrado por pedagogos e pedagogas, historiadores e estudantes de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Trata-se, portanto, de um texto que procurará debater a relação entre movimentos sociais, pedagogia e educação.

As linhas que se seguirão adiante se sustentarão, sobremaneira, nas reflexões empreendidas por Miguel Arroyo no artigo “Pedagogias em Movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais?” (2003) e no livro “Outros Sujeitos; Outras Pedagogias”

---

<sup>1</sup> Licenciado em História (UFRPE), Mestre em Educação (UFPE), Doutorando em Educação (UFPE), integrante do GEduc (Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação). E-mail: maxrodolfosilva@gmail.com

<sup>2</sup> Bacharel em Teologia (STBNB), Licenciado em História (UFPE), Especialista em História Contemporânea (UFPE), Mestre em Educação (UFPE), Doutorando em Educação (UFPE), integrante do GEduc (Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação). E-mail: regi.ligas@gmail.com



(2014). Mas, também dialogaremos com Paulo Freire, cujo pensamento pedagógico serve de fundamento para as pedagogias e as formas de educação desenvolvidas nos (e pelos) movimentos sociais.

A relação entre movimentos sociais e educação é histórica e tem recebido cada vez mais atenção, no meio acadêmico e fora dele, de pessoas interessadas em se debruçar sobre os aspectos constituintes da ação destes sujeitos coletivos e suas interfaces com a educação, entendendo esta última como não restrita à sua manifestação escolar. De acordo com Brandão (1989, p. 9):

Não há uma única forma nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante.

Considerando que a educação não está restrita à escola, podemos dizer que os movimentos sociais também educam. Neles se desenvolvem processos nos quais a construção de saberes e práticas contribuem para os indivíduos conhecerem seus direitos, problematizarem sua realidade e se organizarem numa busca para superar problemas coletivos e se emanciparem. Como afirma Gohn (2011, p. 111), nessa forma de educação, os conhecimentos e as ações que deles nascem ocorrem “não pela absorção de conteúdos previamente sistematizados, objetivando ser apreendidos”, mas pelas relações dos indivíduos entre si e com as situações-problema que vivem em seus cotidianos.

É uma educação que se diferencia, em metodologias, objetivos e intencionalidades, da que é praticada nas escolas. Seu nome varia entre “educação não escolar” (SOUZA, 2006, p. 127) e “educação não formal” (GOHN, 2011, p. 12). Nesse sentido, os projetos sociais desenvolvidos por esses movimentos, com seus conjuntos de ações de luta pelos direitos humanos, são também projetos pedagógicos, fundamentados, sobretudo, no conceito de educação popular.

Assim sendo, perguntamos: em vista dos desafios enfrentados em nossa sociedade, no tocante à equidade e justiça social, como os movimentos sociais podem contribuir para a promoção de uma educação que esteja estreitamente vinculada aos problemas concretos de nossa existência, no sentido mesmo de fomentar uma base importante na busca por uma transformação social?

A questão proposta não é nova e não é nossa pretensão respondê-la plenamente neste artigo. Queremos trazê-la à tona novamente para contribuir com algumas reflexões em torno de seu conteúdo, pois entendemos que a cada vez que ela é colocada, novos pensamentos são

suscitados, outras perguntas são feitas e o debate permanece aberto para a criação de sempre renovadas ações.

Para discutir essa questão, o texto deste artigo segue uma estrutura com duas partes: na primeira, faremos uma apresentação da recepção do pensamento de Paulo Freire nos movimentos sociais; na segunda, abordaremos sobre os elementos centrais das formas de educação e de pedagogia desses movimentos.

## **1 – A RECEPÇÃO DO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE COMO FUNDAMENTO PARA AS PEDAGOGIAS ORIGINADAS E PRATICADAS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Desde a década de 1960 os movimentos sociais brasileiros têm recebido uma importante influência do pensamento pedagógico de Freire e procurado, a partir dele, formular pedagogias contra-hegemônicas e efetivar práticas educativas que ficaram conhecidas como educação popular.

Quando se fala sobre educação popular, o pensamento freiriano é acionado quase que imediatamente. Isso porque, desde os seus primeiros escritos, Freire procurou sistematizar suas bases teóricas e metodológicas (BRANDÃO, 1985). Podemos destacar que alguns dos elementos desta prática educativa são: a) as articulações entre educação e ação política; b) a proposta de transformar todos os sistemas de educação, em todos os níveis, em uma educação popular; c) a ultrapassagem do mero ato de transmissão e recepção de conteúdos; d) o afastamento da concepção de uma educação restrita à atividade em sala de aula ou da expressão de uma “escolarização popular” (BRANDÃO, 1985, p. 68); e) a realização de um trabalho a serviço dos interesses das classes populares.

Tanto Brandão (1985) quanto Gohn (2013), entendem que o pensamento de Paulo Freire é a síntese desses elementos presentes na educação popular. E quando se observam as propostas de projeto, os documentos pedagógicos e as práticas dos movimentos, tais pontos são expostos como fruto da recepção do pensamento freiriano por estes coletivos

A relação de Freire com os movimentos sociais sempre teve uma grande profundidade e foi fundamental, inclusive, para a formulação das ideias pedagógicas do pensador pernambucano. Como diz Fávero (2013, p. 51), “o pensamento de Paulo Freire é um pensamento engajado” com as lutas e movimentos sociais, desde os anos de 1950 e 1960. O próprio Freire (1987) associa as reflexões feitas na sua principal obra, “Pedagogia do Oprimido”, ao contato que teve, em suas atividades educativas, com trabalhadores e

trabalhadoras da zona urbana ou do campo e com homens e mulheres da classe média, bem como às influências dos movimentos, sobretudo de jovens, que, naqueles finais dos anos de 1960, questionavam e denunciavam os sistemas que sustentavam as opressões, dominações e explorações, criticavam os modelos hegemônicos de educação e propunham outra sociedade.

Os movimentos sociais desenvolvem práticas educativas que associam o aprender e o ensinar à luta e à resistência contra as opressões, explorações, injustiças e dominações. Deles, são originados atos de educar que intencionam rompimentos com ordens sociais nas quais as relações de poder naturalizam a existência de homens e mulheres, detentores e detentoras de poder político e econômico, dominando homens e mulheres excluídos e excluídas desses poderes.

Ou seja, são espaços que efetivam a pedagogia do oprimido, que, nas palavras de Freire (1987, p. 43), é:

Aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará.

Contudo, não se deve perder de vista os limites que são possíveis de ser encontrados nas práticas educativas de alguns movimentos sociais.

Arroyo (2003) alerta que há movimentos, lideranças, educadores e educadoras que se dizem progressistas ou revolucionários e revolucionárias, mas aliados e aliadas a concepções e práticas que estão no sentido contrário dos fundamentos e princípios da educação popular. Em “Pedagogia do Oprimido”, Freire (1987) critica as ações educativas que se apresentam como libertadoras, progressistas ou revolucionárias, mas que concebem a libertação como algo a ser doado aos oprimidos e oprimidas, baseiam-se em conteúdos programáticos impostos a partir das finalidades da instituição ou do educador e da educadora, tratam a educação como um ato de envio de uma mensagem salvadora às massas e transformam os oprimidos e oprimidas em meros executores e executoras das determinações de lideranças e de educadores e educadoras.

Essa crítica de Freire foi sistematizada no final da década de 1960, mas permanece atual, de forma que, a partir dela, podemos afirmar que os problemas da prática da educação popular não estão restritos aos espaços escolares. Eles estão presentes também em espaços não escolares, como os movimentos sociais.

Ainda é possível encontrar, por exemplo, movimentos que se apegam ao entendimento de que o povo precisa receber a consciência como uma doação vinda dos saberes de líderes progressistas ou revolucionários. Trata-se de uma forma de “educação bancária”, que é a



expressão de uma prática pedagógica cujo objetivo consiste em “depositar” saberes em quem supostamente não os possui (FREIRE, 1987).

Gestões não democráticas, criação de entraves para a participação dos públicos nas diversas etapas dos ciclos de projeto (diagnóstico, elaboração, monitoramento da execução e avaliação), realização de trabalhos ou filiação a pedagogias de inclusão social sem o empreendimento de uma luta coletiva pela transformação da sociedade excludente e efetivação de processos formativos dogmáticos, nos quais se censuram o debate e as discordâncias, são alguns outros problemas visíveis em alguns movimentos que, teoricamente, defendem a educação popular, mas a impedem na prática.

Porém, mesmo com essas limitações possíveis que apresentamos nas linhas acima, os movimentos sociais são, em sua maioria, espaços de construção, proposta e efetivação de pedagogias e formas de educação contra-hegemônicas e voltadas para a emancipação das classes populares.

## **2 – PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Na esteira de Arroyo (2003), temos que os movimentos sociais foram responsáveis por elencar uma série de demandas que reverberaram de modo muito significativo na instituição escolar e, por conseguinte, na garantia de direitos para as populações tradicionalmente excluídas da sociedade. Para o autor, uma das primeiras e mais importantes “dimensões educativas” dos movimentos sociais foi o “aprendizado dos direitos”, que

pode ser destacado como uma dimensão educativa. Os movimentos sociais colocam a luta pela escola no campo dos direitos. Na fronteira de uma pluralidade de direitos: a saúde, a moradia, a terra, o teto, a segurança, a proteção da infância, a cidade (ARROYO, 2003, p. 30).

O autor também aponta que as dimensões educativas dos movimentos sociais são de significativa relevância para, em suas palavras, “humanizar as possibilidades de viver”. Ou seja, o papel pedagógico desses movimentos passa pelo desvelamento de que

a formação humana é inseparável da produção mais básica da existência, do trabalho, das lutas por condições materiais de moradia, saúde, terra, transporte, por tempos e espaços de cuidado, de alimentação, de segurança” (ARROYO, 2003, p. 31).

Sendo assim,



diante da opressão e da exclusão que avançam, terá de ser retomada com mais radicalidade e não abandonada a produção da existência enquanto matriz e princípio educativo, formador-deformador. E os movimentos sociais que não saíram de cena e que situam suas lutas nessa produção mais imediata da existência terão de ser percebidos como educadores por excelência das camadas populares... (ARROYO, 2003 p. 32-33).

Nesse sentido, compreendendo-se e sendo compreendidos enquanto sujeitos sociais em formação e que, por isso mesmo, se movem em “ação coletiva”, trabalhadores, mulheres, negros, povos indígenas, dentre outros, constituem-se como sujeitos coletivos históricos “se mexendo, incomodando, resistindo. Em movimento” (ARROYO, 2003, p. 33).

Esses sujeitos coletivos se movem apontando para problemas insistentemente presentes em nossa sociedade, que impactam, no aqui e agora, as vidas de milhões. Seria, de acordo com Arroyo, um movimento “de volta aos começos”:

Há um dado a não ser perdido na procura das virtualidades questionadoras dos movimentos sociais, eles nos remetem ao perene da condição humana: a terra, o lugar, o trabalho, a moradia, a infância, a sobrevivência, a identidade e diversidade de classe, idade, raça ou gênero. Os sujeitos coletivos que se agregam e põem em movimento se identificam com essas dimensões tão perenes. Eles nos remetem ao enraizamento de nossa condição e formação como humanos: a vida, o sobre-viver, as condições materiais, o lugar, o espaço, o corpo, a raça, a cor da pele, as temporalidades, o gênero, as relações mais básicas entre coletivos. Nos remetem, sobretudo, a imutabilidade histórica das condições em que como coletivos produzem sua existência tão precários. Remetem a persistência da materialidade onde se jogam as possibilidades de liberdade, emancipação, formação como gente (ARROYO, 2003, p. 37-38).

Arroyo também considera essa “volta aos começos” outro importante componente pedagógico dos movimentos sociais. Nele, há questionamentos, inclusive, a algumas promessas feitas nos processos de educação efetivados pela modernidade e pela ideia de progresso:

Destacamos a radicalidade dos movimentos sociais pelo fato de articularem coletivos em torno das carências existenciais mais básicas. Convém destacar que eles se alimentam das velhas e tradicionais questões humanas não respondidas. Retomam velhas lutas em torno dos direitos humanos mais elementares, perenes não garantidos nem pelas novas tecnologias, nem pelo saber instrumental, nem pela sociedade do conhecimento, nem pela universalização da alfabetização, da escolarização e tantas outras promessas da modernidade e do progresso. Neste sentido eles nos mostram como a permanência das grandes questões não resolvidas questiona tantas utopias inclusive o progresso pessoal e social pela escolarização e pela educação (ARROYO, 2003, p. 38).

Saliente-se, no entanto, que esses “Outros Sujeitos”, criadores e criadoras dessas “Outras Pedagogias”, não se restringem apenas aos questionamentos e problematizações de seus contextos e realidades, mas vão além: promovem incidências políticas, propondo



mudanças e exigindo a efetivação das transformações reivindicadas. No campo da educação, por exemplo,

são os coletivos sociais, de gênero, etnia, raça, camponeses, quilombolas, trabalhadores empobrecidos que se afirmam sujeitos de direitos. Outros Sujeitos. São seus filhos e suas filhas que se fazem presentes nas escolas públicas e que exigem o acesso às universidades. São os outros educandos (ARROYO, 2014, p. 9).

Tratam-se de Outros Sujeitos que se forjam com base em (e a partir de) Outras Pedagogias criadas por eles e elas nas relações desenvolvidas nos movimentos sociais. Pedagogias que resistem às diversas formas de dominação, identificadas como de libertação/emancipação, as quais repolitizam as históricas lutas dos movimentos e contribuem com a organização de ações coletivas diversas que rompem com padrões de poder opressores, exigem outras relações de trabalho e reclamam

a apropriação/expropriação da terra, do solo, da riqueza, do conhecimento, das instituições do Estado (...) Pressionam o Estado por outro projeto de campo, de cidade, de sociedade (ARROYO, 2014, p. 15).

E é exatamente por causa da força, vivacidade e resistência contra-hegemônica destes Outros Sujeitos e de suas Outras Pedagogias que as classes dominantes tentam constantemente invisibilizá-los, seja na sociedade como um todo, seja na educação. Conforme nos diz Arroyo, ao observarmos a história das teorias e didáticas escolares, “frequentemente essas pedagogias têm sido ignoradas como não fazendo parte da nossa história do pensamento e da prática educativa” (2014, p. 16).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É de suma importância reconhecer os movimentos sociais como produtores de (outras) pedagogias e de formação de (outras) sujeitos que aprendem, em movimento, a partir de suas próprias experiências e dos tensionamentos em torno dela.

Com essa compreensão, rompe-se, sobremaneira, com o viés reducionista que limita, automática e exclusivamente, a educação à sua faceta escolar formal. É preciso entender a educação de uma forma mais ampla, a partir dos muitos atravessamentos que a constituem e dos diferentes sujeitos que a realizam. Além disso, é também fundamental reconhecer que as respostas para muitas das perguntas que fazemos à nossa educação escolar formal podem estar

fora dela, mais especificamente, nas ações engendradas pelos movimentos sociais e pelas demandas por eles suscitadas.

Freire (1987, p. 106) nos diz: “Nenhuma ‘ordem’ opressora suportaria que os oprimidos todos passassem a dizer: ‘Por quê?’” As pedagogias e formas de educação que nascem e são efetivadas nos movimentos sociais procuram criar outras sociedades, outros mundos, a partir das perguntas das pessoas oprimidas: Por que tenho que aceitar que me discriminem pela minha identidade de gênero? Pela minha orientação sexual? Pela cor de minha pele? Por que tenho que aceitar que sou inferior por ser mulher? Por que tenho que acreditar que sou menor que você por cursar Pedagogia? Por quê? Por quê...?

Assim, esperamos que as reflexões aqui propostas, originadas das experiências dos movimentos sociais, sejam um estímulo à pergunta, à pergunta que incomoda, que desestabiliza, que “corta como faca<sup>3</sup>”, e que, por isso mesmo, cria e transforma.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação popular**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **O que é educação**. 24. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, pp. 28-49, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2021.

FÁVERO, Osmar. Paulo Freire, movimentos sociais e educação de jovens e adultos. In: STRECK, Danilo R.; ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Educação popular**: lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 49-63.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. Educação popular e movimentos sociais. In: STRECK, Danilo R.; ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Educação popular**: lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 33-48.

SOUZA, João Francisco de. **E a filosofia da educação: quê?**: a reflexão filosófica na educação como um saber pedagógico. Recife: NUPEP/UFPE; Bagaço, 2006.

---

<sup>3</sup> Metáfora inspirada nos poemas “A escola das facas” e “As facas pernambucanas”, de João Cabral de Melo Neto, conforme o sentido atribuído pelo cantor Belchior na canção “À palo seco”.